

## Memórias do mar: preservação e acesso na era digital

Manuela Barreto Nunes

IJP - Instituto Jurídico Portucalense, Porto, Portugal

### Introdução

Antes de Portugal ser uma nação, antes ainda da ideia de reino, nação ou país, já a zona geográfica onde se insere era habitada por populações que do mar viviam e que, através dos recursos do mar e da generosidade cruel das áreas por ele afectadas, se implantaram e desenvolveram - os vestígios de épocas pré-históricas como o Acheulense, traduzidos nas inúmeras jazidas de bifaces ao longo de toda a costa assim o atestam. Eis que o mar marca a vida e o destino de um país que nasce sobre ele deitado, e define muito do que é o modo de ser, de pensar, de se exprimir e de criar das gentes que o povoam: a cultura, enfim.

Do mar se tira alimento e trabalho, do mar se alcança aventura e descoberta, no mar se encontra a beleza como a guerra, a morte como a vida. Os recursos do mar definem uma actividade económica dominante - a pesca -, as matérias-primas disponíveis impõem técnicas e materiais de construção da habitação e dos equipamentos, de desenho de instrumentos de trabalho tanto como a alimentação, o tipo de clima e a geografia condicionam as o desenho urbano e a construção de cais, portos e embarcadouros, os ritmos do mar aliam-se aos ritmos da terra para decidir de ritos e festividades, vestuários e adereços, especificidades da língua, da toponímia, e as formas de expressão artística da cultura popular.

Português nenhum duvida da importância do mar na gesta da nação: o mar que nos fez maiores do que a nossa dimensão prediria, o mar a que nos pudemos afoitar depois de séculos de pescadores que se aventuravam em busca de sustento através de um oceano revoltado e tantas vezes assustador e que, pela necessidade dessa aventura, se foram apurando nas artes da construção das embarcações, nas técnicas da navegação, nesse saber de experiência e coragem feito sem o qual a proeza das descobertas nunca teria sido possível, não a partir daqui.

Através do mar aqui chegaram outras civilizações que fizeram de nós diversos, capazes de entendimento com o outro, e pelo mar muitos partiram em busca de melhor vida, ou trabalhando nos navios de outros, saindo e voltando nas sazonais campanhas da pesca do bacalhau, sobretudo do bacalhau, perdendo-se às vezes para nunca mais.

Ao longo da longa costa marítima, pelos séculos fora, encalharam navios, perderam-se vidas, descobriram-se tesouros, chorou-se e gritou-se, amou-se, aliou-se a tragédia à vã glória e ao drama tantas vezes também alegre e feliz da vida quotidiana. No último século e meio, a sociedade do lazer trouxe uma nova actividade económica ao litoral, e o turismo passou a encher as praias nos meses de Verão, transformando radicalmente as velhas e pobres vilas ou aldeias piscatórias, que passaram a ter uma fonte alternativa, embora sazonal, de rendimentos, e viram alterados os seus ritmos naturais, a paisagem urbana e os horizontes de vida dos seus habitantes.

É pois imensa e variada a quantidade de vestígios materiais e documentais que a vida das comunidades do litoral lega e constantemente produz, transformando em memória histórica aquilo que é da natureza da sua vida quotidiana.

O mar está nos rostos dos homens e das mulheres, está nas casas e nos barcos, nos faróis, nas docas e nas lotas, no desenho das ruas e dos becos, nos portos e embarcadouros, nos molhes e nos passeios marítimos, nos instrumentos da pesca e da navegação, nas danças e nos cantares, nas procissões, nos desfiles, nos andores, nos

alimentos e nos destroços, nos diários dos navios, nos registos de compras e vendas, em desenhos e esboços, nos corpos e nos corações... Que se faz, que fazemos com estes vestígios, com estas histórias, com estas memórias?

Elas estão imortalizadas, desde logo, pela literatura: já na poesia trovadoresca o mar aparece como um sub-género próprio, as *barcarolas*, ou *marinhas*, em que temas como a fúria do mar, os caprichos das marés, o que parte e o que fica, o que se perde e o que é devolvido, são usados como símbolos dos alvoroços e tumultos do coração, da dor da ausência e do afastamento, da saudade, da solidão e da esperança da donzela que aguarda ou busca o seu amado.

Como não sentir, pois, emoção, com este poema de Rui Fernandes de Santiago?

Quand'eu vejo las ondas  
e las muit'altas ribas,  
logo mi vêm ondas  
al cor, pola velida:  
maldito seja'l mare  
que mi faz tanto male!

Ou alegria esperançosa com este de Nuno Porco?

Irei a lo mar vee'lo meu amigo;  
preguntá-lo-ei se querrá viver migo,  
e vou-m'eu namorada.

Tema constante e antigo na literatura portuguesa, o mar está presente em Camões e em Pessoa, em Vieira e em Fernão Mendes Pinto, em Ramalho Ortigão e Raul Brandão, em António Nobre, António Correia de Oliveira e Régio, em Sophia e Luísa Dacosta, entre muitos outros, dando-nos testemunhos épicos e líricos, trágicos e fantasiosos, realistas e impressivos, numa miríade de sub-temas e perspectivas que fazem perceber a sua abrangência e a complexidade como forma de vida de tantas das nossas comunidades, e que moldou tanto do que somos como povo - e, curiosamente, vários destes autores escrevem, em prosa e poesia, sobre o pescador da Póvoa de Varzim, sobre a Póvoa e o seu mar, em tremendos textos que a nenhum leitor conseguem deixar indiferente (Pontes, 1969). Como aqui, em Luísa Dacosta:

As mulheres afadigam-se a estender a migalha de sargaço que a nortada trouxe à beirada. Mesmo à mão, sem graveto. (...) Longe, num rosal de espumas, cruzam-se duas traineirinhas: uma entra, em direcção à Póvoa, outra sai, rumo ao largo. (Dacosta, 1999)



Mas a literatura editada está preservada nas bibliotecas, tal como a música publicada, os objectos artísticos, arqueológicos ou etnográficos estão nos museus, os documentos que testemunham a actividade das empresas pesqueiras ou de navegação, das autarquias, das alfândegas, dos portos e dos vários serviços públicos em arquivos. Estão? Estão todos os relevantes? Como estão? E, sobretudo, como chegar a eles, como aprender com eles, como extrair deles conhecimento e cultura?

É sobre as várias localizações e estratégias de armazenamento, preservação e divulgação do vasto património marítimo que dissertaremos em seguida, realçando a importância da digitalização dos recursos de informação existentes e da produção de registos memoriais a partir da imagem, da história oral e da micro-história e incidindo sobretudo no papel das bibliotecas públicas neste processo vital para que a memória não se perca e apoie a projecção do futuro.

### **Memória e património do mar**

Apesar da sua importância para a identidade do país e da dimensão política que lhe é reconhecida e aparece plasmada na *Estratégia Nacional para o Mar (2006-2016)*, cujas acções estratégicas incluem “o conhecimento e a protecção do património cultural marítimo, em linha com as recomendações da Comissão Estratégica dos Oceanos” (Tavares, 2011, cit. por Azevedo, 2013, p. 13), a preservação do património do mar não tem sido em Portugal objecto de iniciativas relevantes de âmbito nacional. A dinâmica lançada com a EXPO’98, da qual sobrevive apenas o Oceanário de Lisboa, e com as comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos, cuja comissão, presidida por Vasco Graça Moura, distribuiu pequenas bibliotecas temáticas e exposições itinerantes por alguns municípios e escolas, deu poucos frutos: raros são os projectos consistentes, e normalmente de âmbito autárquico, com a missão de o tratar, conservar e divulgar. A perspectiva é quase sempre museológica, e disso são exemplos museus como o de Ílhavo, o mais antigo, fundado em 1937 e fortemente dinamizado ao longo das duas últimas décadas; o Navio Hospital Gil Eannes, testemunho da saga da pesca do bacalhau, recuperado e musealizado em Viana do Castelo desde 1998; o Núcleo Museológico do Mar, criado em 2003 e integrado no Museu Municipal Santos Rocha, da Figueira da Foz; o Museu Etnográfico da Praia de Mira (1997); a Rede de Museus do Mar de Esposende, onde se integra o Museu Marítimo, inaugurado em 2012, ou o Museu



Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, que em 1991 construiu a *Fé em Deus*, uma reprodução da *Lancha Poveira do Alto*, hoje um modelo de preservação e divulgação internacional da memória e do património dos pescadores da Póvoa de Varzim e de Portugal. Com excepção da mesma Póvoa de Varzim, onde é evidente a articulação do trabalho da biblioteca pública com o museu etnográfico, iniciado por Manuel Lopes e continuado por Manuel Costa,

desconhecem-se colecções de bibliotecas públicas sobre o mar, ou outros projectos que envolvam a preservação e a divulgação do património bibliográfico e documental de temática marítima.

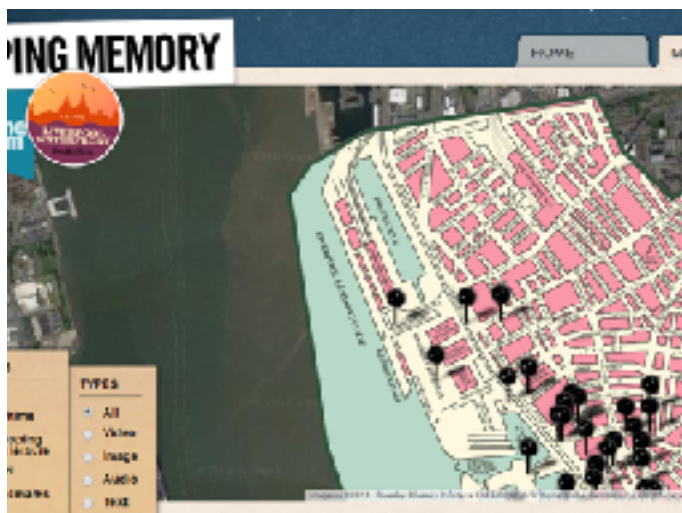
E, no entanto, os recursos de informação abundam, dispersos, necessitados de recuperação, organização, tratamento técnico e divulgação, mormente através da construção de bibliotecas digitais que poderão recriar a gesta das descobertas portuguesas e disseminar o conhecimento do mar e das suas gentes através dos novos canais de navegação propiciados pela Internet.

A digitalização de recursos publicados e de literatura cinzenta e documentos privados ou institucionais, aliada a um adequado tratamento técnico e de organização que permitam a sua clara identificação e um fácil acesso constituem um contributo inestimável para a educação e para a ciência, para a dinamização da identidade e cultura locais, para a produção de novo conhecimento e também para a defesa daqueles que vivem do mar e para a protecção da vida marítima, tão afectada pela exploração predatória do último século.

Na verdade, não apenas para o público em geral, mas para a prossecução dos objectivos educativos das escolas e para o apoio aos investigadores, o papel das bibliotecas públicas, pelo seu carácter local e próximo das comunidades, revela-se fulcral, e exigível seria uma pesquisa aturada em fundos de colecções, mas também junto das próprias comunidades, de forma a recuperar informação que permita a constituição de núcleos de conhecimento sobre o mar, a partir de documentos hoje dispersos e por isso muitas vezes desconhecidos.

Por outro lado, poderá ser igualmente da responsabilidade das bibliotecas, em colaboração com os museus ou os arquivos, sempre que se justifique, a recolha da memória oral e visual, de documentos do quotidiano, recuperando memórias, rostos e espaços a partir de entrevistas, depoimentos e até encontros colectivos com cidadãos e especialistas. Mas são sobretudo museus que têm trabalhado na digitalização e divulgação deste património, de que estranhamente se alheiam a maior parte das bibliotecas municipais do litoral.

Nalguns países onde a marca dos oceanos e da vida marítima é forte têm sido desenvolvidos projectos interessantes a partir de documentos de navios (como os diários de bordo ou registos de escravos embarcados durante a época do tráfico negreiro, por exemplo), fotografias, planos de construção de embarcações, mapas, desenhos, ou construindo informação nova através da criação de fichas histórico-descritivas sobre barcos, empresas ou pessoas e registos de história oral, tarefa a que também se têm dedicado, em Portugal, museus como o de Ílhavo ou da Póvoa de Varzim, este sobretudo a partir da dinâmica criada coma lancha poveira *Fé em Deus*.



Através da sub-unidade CIE-Ílhavo, o Museu de Ílhavo apresenta um interessante arquivo digital sobre a pesca do bacalhau, cruzando informação exaustiva sobre barcos e pescadores, incluindo fotografias dos homens e das embarcações e uma pequena colecção em linha com reproduções de quadros e gravuras profissionalmente descritos, tendo também iniciado um programa de publicações digitais a partir das obras de Octávio Lixa

Felgueiras, arquitecto e etnógrafo cujo espólio foi doado ao Museu.

Na Póvoa de Varzim, onde os serviços da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto incluem repositórios digitais constituídos pelos espólios doados por personalidades de referência não apenas local ou regional, mas nacional, como Rocha Peixoto, João Marques ou Luísa Dacosta, entre outros, a Lancha Poveira do Alto *Fé em Deus* é motivo para um já vasto repositório digital sobre a actividade piscatória do município, que inclui artigos publicados no *Boletim Cultural* desde o seu 1.º número, publicado em 1958, uma importante galeria de imagens, a reportagem, sob perspectivas diversas, da recuperação e actividades da lancha, e ainda documentos audiovisuais. Neste Repositório, mais do que no do Museu de Ílhavo, cujo sítio Web não apresenta uma navegação intuitiva, nota-se a marca do trabalho de bibliotecários, profissionais preocupados em organizar a informação de forma a facilitar o acesso. E o determinante, neste tipo de projectos, é precisamente tornar acessíveis os recursos de informação, os documentos que plasmam a memória e a identidade locais. Muito embora sejam comuns as queixas sobre a falta de apoios às várias redes e instituições que, na Europa e no Mundo, se dedicam à hercúlea tarefa de preservação e divulgação destas memórias, é possível encontrar projectos e serviços de relevo, alguns até modelares, de digitalização de espólios de temática marítima, sobretudo nos EUA, Canadá e Reino Unido. Destacaremos aqui três, pela sua exemplaridade: o arquivo digital produzido pela NOAA Central Library (EUA), onde se encontram as colecções de diários de bordo de quatro navios, alguns datando de há quase 150 anos, registos de entrevistas com pescadores e notas de campo, parte também remontando ao séc. XIX, uma biblioteca de imagens que inclui desenho, pintura e fotografia, retratando cenas de pesca, a fauna e flora marítimas, e os preparativos da pesca, entre outras fontes de informação e estudos entretanto desenvolvidos e publicados, mormente com o objectivo de preservar os eco-sistemas marítimos; o Arquivo da Nova Escócia (Canadá), que reúne colecções de imagens sobre portos, pesca e pescadores, faróis, naufrágios, e ainda pequenos estudos e exposições virtuais sobre acontecimentos importantes na região, como o porto de Halifax durante a 2.ª Guerra Mundial (com painéis sobre, por exemplo, a forma como as mulheres e as famílias reagiram à guerra), sobre desportos náuticos, guias sobre o património construído, num nunca mais acabar de registos intelectual e visualmente estimulantes, tratados e organizados de forma profissional; finalmente, o extraordinário Merseyside Maritime Museum, pertencente à rede de Museus de

Liverpool e onde, para além de recursos similares aos já apontados (incluindo uma interessantíssima colecção sobre o navio inglês *Lusitania*, cujo naufrágio em 1915, durante a 1.ª Guerra Mundial é ainda hoje objecto de controvérsia), apresenta guias, lições, tutoriais e um mapa interactivo onde é possível ver, ouvir ou ler memórias da zona ribeirinha de Liverpool, localizando as vozes, as evocações e as imagens que marcam a evolução da cidade na sua relação com o mar.

Os projectos de digitalização são ainda extremamente caros e exigem equipas altamente profissionais, capazes de conciliar as exigências técnicas do desenho e arquitectura Web com o cumprimento de normas internacionais de arquivo e preservação de recursos digitais e com a definição e organização de conteúdos, a sua descrição e as estratégias de acessibilidade. Nesse sentido, a aliança entre as diversas instituições da memória a nível local e regional, entre municípios através das CIM ou de redes de interesses, como por exemplo a ainda tão pouco aproveitada Rede da Cultura dos Mares e dos Rios (cf. Coentrão, 2014), procurando traduzir em investimento as declarações de intenções de sucessivos governos, serão a única forma de tornar viável um projecto nacional que congregue esforços e recursos e contribua para a promoção e divulgação da memória e identidade do litoral português.

Que papéis poderão ter as bibliotecas públicas neste processo, que estratégias deverão seguir, que procedimentos técnicos lhes caberá adoptar é o que veremos no próximo ponto.

### **As bibliotecas públicas e os recursos sobre o mar: uma proposta de organização para a digitalização**

Muitas questões se colocam quando se reflecte sobre o papel que as bibliotecas públicas podem ter na digitalização dos recursos de informação sobre o mar. Em primeiro lugar, será preciso saber onde se encontra essa informação, e que parte dela estará já digitalizada e acessível. Para além da informação publicada em jornais e revistas, agora nascida digital, e da possibilidade de os livros de carácter literário, científico ou de divulgação mais recentes existirem já em versão electrónica ou serem de relativamente simples digitalização e todos eles de fácil localização, existe um vasto mundo de literatura cinzenta mais difícil de identificar e recuperar, independentemente do suporte em que se encontra.

De acordo com o *Grey Literature Internet Service*, por literatura cinzenta entende-se “aquilo que é produzido em todos os níveis das instituições de governo, académicas, empresariais ou industriais, quer em suporte impresso, quer electrónico, mas que não é controlado por editores comerciais. Em geral, as publicações de literatura cinzenta não seguem convenções editoriais, são fugidias e frequentemente efémeras”, e incluem todo o tipo de materiais, não devendo porém ser confundidas com documentos de arquivo (Farace & Schöpfel, 2010). Muitas bibliotecas conservam acervos de dimensão irregular, mas frequentemente não despicienda, de literatura cinzenta, por vezes relegada para segundo plano quando se definem projectos de digitalização. O mesmo se pode dizer de documentos como mapas e plantas, esboços ou desenhos técnicos, cuja digitalização, não obstante, poderia resolver graves problemas de arrumação e preservação motivados pelas exigências próprias da sua natureza e pelas grandes dimensões deste tipo de documentos, que exigem móveis de gavetas ou outro tipo de suportes que protejam e evitem a sua degradação, ao mesmo tempo que permitem o acesso.

Facilmente encontramos muitos destes recursos dispersos por páginas pessoais ou institucionais, blogues e redes sociais, e dir-se-á que não são precisas bibliotecas, uma vez que a informação até está toda na Internet. No entanto, trata-se de informação dispersa, desorganizada, sem qualquer identificação técnica e passível de desaparecer no caso de serem apagados ou eliminados os perfis ou sítios web onde se alojam, em nada contribuindo para a construção de verdadeiros núcleos de memórias do mar e das suas gentes, espaços de identidade e construção de conhecimento cada vez mais necessários, precisamente devido a um carácter justamente classificado como *ahistórico* que define a Internet e as novas formas de comunicação na Web.

Do mesmo modo, qualquer núcleo informativo sobre o mar implicará a produção própria de novos recursos de informação, a partir da recolha de testemunhos e depoimentos, da fotografia ou filmagem de acontecimentos colectivos, festas e rituais. Estes, nascidos já em suporte digital, facilmente são inseridos no ambiente de uma biblioteca electrónica, bastando para isso que a instituição disponha de servidores potentes, capazes de albergar muitos gigabytes de informação - tal nem sempre é fácil e, uma vez mais, não é aconselhável que projectos deste tipo sejam desenvolvidos por instituições individuais, mas antes em parceria e cooperação.

Como, então, conceptualizar uma biblioteca digital centrada nos objectivos de promoção e preservação da memória do mar e das suas gentes? Procuraremos em seguida delinear alguns critérios de categorização, organização e requisitos técnicos imprescindíveis para uma tal empreitada.

A partir da análise de recursos de informação textuais, visuais, sonoros e áudio-visuais disponíveis em catálogos de diversas bibliotecas, museus e arquivos, e numa perspectiva biblioteconómica, os temas associados à vida marítima poderão ser agrupados em dezasseis grandes categorias não exaustivamente enunciadas e passíveis de diversas subdivisões. Aqui se propõem essas grandes categorias, apresentadas por ordem alfabética:

1. Artes da pesca
2. Barcos - técnicas e construção
3. Barcos de transporte de mercadorias e passageiros
4. Clima, geografia, topografia marítima e da costa
5. Condição feminina
6. Condições de trabalho e lutas sociais, sindicatos e associações profissionais
7. Etnografia, tradições profanas e religiosas
8. Fauna e flora marítimas
9. História militar e naval
10. Memória histórica
11. Património construído, urbanismo, topografia
12. Pescadores e pesca, a vida no mar
13. Portos, embarcadouros, marinas
14. Turismo nas praias



15. Varinas, sargaceiras, agricultura das terras costeiras, o pescado em terra
16. Vida quotidiana: habitação, alimentação, vestuário, actividades lúdicas

Os recursos de informação associados a cada categoria ou grande tema incluem, naturalmente, a diversidade de suportes e de natureza informativa em que são registados, sejam publicados ou não publicados, reflexo da actividade quotidiana, económica ou social, ou ainda testemunhais, produzidos intencionalmente como registo de memória:

- Documentos textuais oficiais - diários de bordo, registos de pescarias, registos de pagamentos, actas de reuniões, regulamentos, correspondência (na essência, documentos de Arquivo);
- Documentos textuais literários - autores locais, autores nacionais ou estrangeiros com referência à realidade local;
- Documentos textuais informativos: jornais, revistas locais, artigos de jornais ou revistas de âmbito nacional ou internacional;
- Documentos textuais científicos e técnicos: estudos, manuais, instruções
- Memória oral transcrita - sonora, audiovisual, textual
- Documentos visuais artísticos - pintura, gravura, fotografia
- Documentos visuais técnicos - plantas, mapas, esboços, desenhos de arquitectura
- Documentos sonoros - música, depoimentos, entrevistas...
- Documentos audiovisuais - cinematografia, vídeos
- Documentos em qualquer suporte de natureza panfletária ou publicitária, literatura cinzenta, efémera: cartazes, folhetos, anúncios...
- Objectos nado-digitais com qualquer uma das tipologias acima transcritas.

Relativamente ao tratamento técnico, este permite que cada recurso seja identificado, descrito e tornado acessível através de pontos de acesso de fácil identificação, devendo ser desenvolvido por profissionais habilitados com conhecimentos de descrição e análise bibliográfica e arquivística. Um plano de tratamento técnico documental implicará assim a execução das seguintes tarefas, aqui apresentadas de forma sumária:

1. Identificação, avaliação e selecção - implica a localização de documentos relevantes, a avaliação da sua relevância e qualidades intrínsecas e a selecção de acordo com os seguintes aspectos: a análise prévia, os objectivos da colecção que se está a construir e os interesses e necessidades dos potenciais utilizadores, nomeadamente das comunidades locais (este último aspecto pode ser determinante quando há limites para o volume da colecção e prazos a cumprir);
2. Descrição de acordo com a natureza do documento - catalogação em sistema de informação documental, seguindo as folhas de recolha de dados aplicáveis: monografias, séries, material não livro, recursos electrónicos, etc.);
3. Descrição acrescida de ficha descritiva - a descrição de documentos a integrar em colecções especiais exige a recolha de elementos que permitam a elaboração de uma ficha histórica, de contextualização, localização e identificação de pessoas ou acontecimentos, por exemplo;



4. Preservação do documento físico - no caso de documentos pré-existentes em formato físico, nomeadamente documentos com valor histórico ou patrimonial, haverá que assegurar o seu acondicionamento em local propício à sua preservação;
5. Digitalização segundo princípios de preservação - usar formatos internacionalmente recomendados, de acordo com as normas ISO respectivas: formatos markup HTML, XHTML, XML, formatos de layout em PDF ou EPUB, principalmente;
6. Atribuição de metadados - os metadados a definir para um repositório ou biblioteca digital correspondem aos elementos obrigatórios para a descrição catalográfica ou arquivística de um documento, acrescidos de campos de localização e acesso, como os campos de assunto e identidade digital, e obedecendo ao padrão Dublin Core, que permitirá a fácil recuperação da informação usando qualquer motor de busca da internet e normalizará a descrição (“DCMI Home: Dublin Core® Metadata Initiative (DCMI),” n.d.);
7. Promoção do acesso aberto, cumprindo os direitos de autor - disponibilizar de preferência os recursos em acesso aberto, assegurando a protecção de eventuais direitos de autor através de licenças Creative Commons (“Creative Commons,” n.d.); conservar em acesso restrito ou embargado documentos protegidos pelo direito de autor, respeitando sempre a propriedade intelectual.

Finalmente, e antes de avançar para a criação de uma colecção, biblioteca ou repositório digital, haverá que elaborar um plano de digitalização que permita planificar as actividades e estabelecer as fases do processo. De acordo com as orientações da UNESCO para a digitalização de colecções patrimoniais (UNESCO, 2003), este plano deverá considerar três actividades principais: a gestão, as operações e a avaliação, cada uma considerando as quatro fases do projecto: a planificação, a pré-digitalização, a digitalização e a pós-digitalização. A este plano deverá ser associada uma calendarização que permita controlar os avanços do processo. No anexo 1 apresenta-se uma tabela baseada nos critérios da UNESCO, e que pode servir de base a um plano de digitalização.

### **Conclusão**

Ouçamos então, e vejamos, o Rancho Caxineiro cantando e bailando as *Conchinhas*. É património? É sim, um riquíssimo testemunho da criatividade popular a partir dos temas do mundo que rodeia os que criaram letras e música, passos de dança, vestuário e coreografia, e agora as reproduzem e recriam. O desenho naturalista de um bacalhau, feito há 100 anos ou agora, por um desenhador profissional ou por um pescador, é património, de ontem ou do futuro, tanto como as monografias históricas ou etnográficas, as notícias da imprensa, os cartazes e folhetos das festas religiosas e profanas, os bilhetes dos barcos de passageiros, os diários de bordo, as fotografias ou as gravuras, os mapas e plantas, a voz e a imagem gravada de homens e mulheres contando as suas histórias.

Feito de registos efémeros ou de obras consagradas, de literatura cinzenta ou de documentos publicados, o património bibliográfico e documental do mar tem a mesma dignidade dos artefactos conservados em Museus, valorizando-os e completando-os; este património constitui-se como preciosa fonte de informação para os contemporâneos e para os vindouros, como elo de coesão social em

populações com vidas frágeis, cuja memória e identidade devem ser preservadas e tornadas acessíveis para que nelas se reconheçam os que as protagonizam e, também, para os que noutras partes do mundo as queiram conhecer; e será objecto de fruição, de prazer e de emoções, condições essenciais para que a informação ganhe significado e se transforme em conhecimento.

A sua preservação e divulgação através da constituição de colecções digitais é urgente, mas não deve ser tarefa de instituições isoladas ou apenas congéneres. A criação de bibliotecas ou repositórios digitais é dispendiosa e, para além dos recursos financeiros e materiais, exige a constituição de equipas de profissionais com conhecimentos diversos, que assegurem um tratamento adequado dos materiais e uma organização que verdadeiramente facilite e promova o acesso. O estabelecimento de parcerias, a cooperação, são condições importantes para o desenvolvimento de projectos sustentáveis: pense-se pois em redes de bibliotecas, museus e arquivos, redes inter-municipais nacionais ou internacionais, em articulação com universidades, centros de investigação, associações de cidadãos ou profissionais. Falta, em Portugal, uma rede de bibliotecas do mar. Quem sabe o seu embrião não estará no projecto lançado na Póvoa de Varzim, a partir da recriação da Lancha Poveira do Alto?

## Referências

- Azevedo, C. S. da S. (2013). A memória e o património marítimo da costa norte de Portugal.
- Coentrão, A. (2014, November 16). Rede da Cultura dos Mares e dos Rios quer salvar embarcações tradicionais. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2014/11/16/local/noticia/rede-da-cultura-dos-mares-e-dos-rios-quer-salvar-embarcacoes-tradicionais-1676328>
- Creative Commons. (n.d.). <http://doi.org/2017/02/14>
- Dacosta, L. (1999). As mulheres afadigam-se. In *Colecção de Postais À Sombra do Mar*. Póvoa de Varzim: CM.
- DCMI Home: Dublin Core® Metadata Initiative (DCMI). (n.d.). Retrieved February 14, 2017, from <http://dublincore.org/>
- Farace, D. J., & Schöpfel, J. (2010). *Grey literature in library and information studies*. De Gruyter Saur.
- Pontes, J. da C. (1969). O pescador poveiro na literatura do mar. *Boletim Cultural Da Póvoa de Vrazim*, 8(1), 5-38. Retrieved from [http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/images/documentos/bibliografia/boletim\\_cultural/bc\\_viii\\_1\\_5\\_38.pdf](http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/images/documentos/bibliografia/boletim_cultural/bc_viii_1_5_38.pdf)
- UNESCO. (2003). Directrices para la preservación del patrimonio digital; 2003. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130071s.pdf>

## Legendas das fotografias:

Fotografia 1. Fotógrafo: Daniel Curval, 1999

Fotografia 2 - Cartaz da exposição "Viagens à Terra Nova", com fotografias de 740 pescadores do bacalhau do concelho de Caminha, desde o princípio do século XX

Fotografia 3 - "Cartogrande a memória". Mapa digital da zona ribeirinha de Liverpool, Merseyside Maritime Museum

Fotografia 4 - Diário de bordo de um navio de escravos que partiu de Liverpool e recolheu 440 escravos no Daomé e em S. Tomé (1769), cortesia do Merseyside Maritime Museum, Liverpool, UK